Dados Abertos

Com o objetivo principal de aumentar sua transparência, participação e/ou eficiência, governos de todo o mundo estão definindo e implementando estratégias de dados abertos. [Dutra e Lopes 2013]. A premissa geralmente aceita a essas estratégias é que a publicação de dados governamentais em um formato reutilizável pode fortalecer o engajamento do cidadão e gerar novos negócios inovadores, no entanto, como essas estratégias de dados abertas são relativamente novas, a evidência desse impacto esperado ainda é limitada [Araújo e Aguiar 2014].

Segundo Eaves [Eaves 2009] os dados abertos são dados que qualquer um pode acessar usar ou compartilhar. Quando grandes empresas ou governos liberam dados não pessoais, permite que pequenas empresas, cidadãos e pesquisadores desenvolvam recursos que promovam melhorias cruciais para suas comunidades [Araújo e Aguiar 2014].

Para os governos que desejam adotar dados abertos, somente disponibilizar os dados para o público não é suficiente. Para Eaves [Eaves 2009] os dados devem ser:

* Dados disponíveis em um formato padrão legíveis por máquina, isso significa que pode ser recuperados e processados de forma significativa por um aplicativo de computador.
* Dados licenciado explicitamente de forma a permitir o uso comercial e não comercial e reutilização sem restrições.

Para Eaves [Eaves 2009] umas das características de dado aberto é que os dados são facilmente acessíveis para um público alvo. Por exemplo, se os usuários pretendidos são desenvolvedores e programadores, os dados devem ser apresentados dentro de uma interface de programação de aplicativos (API), já se for destinado a pesquisadores, os dados podem ser estruturados em tabelas.

Além disso o dados devem ser legalmente aberto, ou seja, os dados abertos devem ser gratuitos para todos os usuários. Não podem ser isolados apenas para uso educacional, por exemplo, ou estar sob uma licença que impede uma pessoa de compartilhá-los [Eaves 2009].

A grande dificuldade de pesquisar, analisar e estudar dados abertos é o fato de que, geralmente, os dados são confusos, inconsistentes (possuem ruídos) e não são estruturados, neste caso deve-se adotar técnicas computacionais capazes de gerar/inferir conhecimento sobre tais dados [Dutra e Lopes 2013]. Entre essas técnicas podemos destacar a classificação de dados.

Referências

Araújo, D. B. e Aguiar, E. L. (2014) “Dados governamentais abertos como ferramenta de  
participação social e aproximação entre governo e sociedade.” In: Congresso CONSAD de  
Gestão Pública. Brasília. Disponívelem: <http://banco.consad.org.br/handle/123456789/1077>. Acesso em 11 out. 2017.

Dutra, C. e Lopes, K. M. G. (2013) “Dados Abertos: Uma forma Inovadora de Transparência”. In: VI Congresso de Gestão Pública. Brasília.

Eaves, D. (2009) “The Three Laws of Open Government Data”. Disponível em: <http://eaves.ca/2009/09/30/three-law-of-open-government-data/>. Acesso em 11 de out. 2017